

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
ESPECIALIZAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Karlota Scotti de Souza

**EXPERIÊNCIAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL NA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI EM
FLORIANÓPOLIS (SC): O caso da Comunidade Barreiros no Sertão do Ribeirão da
Ilha.**

Florianópolis

2021

Karlota Scotti de Souza

**EXPERIÊNCIAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL NA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI EM
FLORIANÓPOLIS (SC): O caso da Comunidade Barreiros no Sertão do Ribeirão da Ilha.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Especialista em Agroecossistemas.
Orientadora: Dra. Marlene Grade.

Florianópolis

2021

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA ELABORADA PELO AUTOR,

através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
UFSC.

Souza, Karlota Scotti
EXPERIÊNCIAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL NA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI EM
FLORIANÓPOLIS (SC): : O caso da Comunidade Barreiros no
Sertão do Ribeirão da Ilha. / Karlota Scotti Souza ;
orientador, Marlene Grade, 2021.
59 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Curso de
Curso de Especialização em Agroecossistemas , Florianópolis,
2021.

Inclui referências.

1. Agroecossistema. I. Grade, Marlene . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Curso de Especialização em
Agroecossistemas . III. Título.

Karlota Scotti de Souza

**EXPERIÊNCIAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL NA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI EM
FLORIANÓPOLIS (SC): O caso da Comunidade Barreiros no Sertão do Ribeirão da Ilha.**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Especialista e aprovado em sua forma final pelo Curso de Especialização em Agroecossistemas UFSC/PRONERA
Local, 10 de maio de 2021.

Prof. Marlene Grade Dr^a
Coordenador(a) do Curso

Banca Examinadora:

Prof.(a) Marlene Grade, Dr.(a)
Orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tamiel Khan Baiocchi Jacobson
Avaliador
Universidade de Brasília

Prof. Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes
Avaliador
Universidade Estadual de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus colegas e à comunidade Sertão do Ribeirão e, em especial, aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

A todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste projeto, de forma presente ou em pensamento, como meu avô, que faleceu há sete anos, que foi e sempre será alguém que me inspira e me faz querer estar próximo dessa comunidade chamada Sertão do Ribeirão, onde me criei e que tanto amo.

Quero agradecer a minha mãe, a meu pai e ao meu irmão que sempre me incentivaram e apoiaram em todas as minhas escolhas profissionais e educacionais, além de me ajudarem ao longo desses últimos quatro anos a trabalhar na propriedade da família localizada na comunidade que tanto amo.

Em especial agradeço a minha orientadora Marlene Grade, por me apoiar, acompanhar e comprometer-se com a realização desta pesquisa, avaliando-me e sempre trazendo informações para a conclusão desta etapa.

Agradeço a minha amiga Marli Luisa Juarez y Sales, que em difíceis e alegres momentos esteve sempre presente, tornando possível a criação do roteiro de turismo sustentável e, acima de tudo, por ser uma pessoa tão especial em minha vida.

A todas as pessoas que acreditaram nesse sonho de tornar essa comunidade, de alguma forma, uma referência de turismo sustentável na Unidade de Conservação.

Nós somos feitos da matéria de que são feitos os sonhos.

Shakespeare, 1611

RESUMO

Este trabalho propõe implantar atividades de turismo de base comunitária na comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha (Sertão do Ribeirão), Florianópolis (SC). Este objetivo será construído a partir de estudos sócioeconômicos e ambientais e também a partir da vivência da autora na comunidade, esta base será o subsídio para que o processo ocorra de forma responsável visando diminuir eventuais impactos negativos, para gerar benefícios econômicos e sociais visando o desenvolvimento local sustentável da comunidade. As atividades foram realizadas nos anos de 2020 e 2021, primeiramente, foi realizada descrição da localidade, visando elaboração de diagnóstico das condições atuais. A coleta de dados empíricos aconteceu por meio de participação em eventos e reuniões de moradores, especialmente com apoio da Associação de Moradores AMOSertão. Foi realizado levantamento bibliográfico com o intuito de demonstrar a importância do tema e as experiências de sucesso em diversas Unidades de Conservação (nacionais e mundiais), considerando que o turismo sustentável valoriza a identidade cultural das populações, eleva o nível econômico e social, gerando emprego e renda. Concluiu-se que há necessidade de organização e elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação (UC) em conjunto com os moradores, de tal forma que viabilize o turismo sustentável para geração de renda e proteção das áreas nativas, da cultura e dos povos tradicionais da comunidade.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Unidade de Conservação. Turismo sustentável.

ABSTRACT

This research proposes to inform and cooperate with the Barreiros do Ribeirão da Ilha community (known as Sertão do Ribeirão), Florianópolis (SC), for local sustainable development, implementing community-based tourism activities, from economic and socio-environmental studies that subsidize the process in a responsible way, aiming to reduce possible negative impacts and generating economic benefits. In this study, first it was made a brief description of the location aiming at a diagnosis of its current conditions. The collection of empirical data took place through participation in events of residents, especially with the support of the AMOSertão Residents Association. A bibliographic survey was carried out in order to demonstrate the importance of the theme and the successful experiences in several conservation units, considering that sustainable tourism develops the valorization of the cultural identity of the populations, raises the economic and social level, generating employment and income. It is concluded that there is a need to organize and carry out the creation of the management plan for Conservation Unit (UC), working together with the inhabitants, enabling the form of sustainable tourism for the generation of income and protection of natural areas and as well the culture and traditional peoples present here. The research took place in the years 2020 and 2021.

Keywords: Community Based Tourism. Conservation Unit. Sustainable tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aspectos Físicos.	22
Figura 2 - Mapa de localização e zoneamento do Parque Municipal da Lagoa do Peri.....	27
Figura 3 - Zoneamento Ambiental do MONA Lagoa do Peri.	29
Figura 4 - MONA Lagoa do Peri.....	31
Figura 5 - Paisagens Naturais da Comunidade.....	40
Figura 6 - Início da Trilha Caminho do Sertão do Ribeirão.....	41
Figura 7 - Trilha da Colina - Propriedade Sítio Hortêncio.	41
Figura 8 - Capela Nossa Senhora de Lourdes.....	42
Figura 9 - Grupo Comunidade do Sertão na viagem de estudo - Acolhida São Bonifácio.....	45
Figura 10 - Família Sítio e Café Hortêncio.	46
Figura 11 - Residência e espaço do Café do Sítio Hortêncio.	46
Figura 12 - Imagem aérea Sítio e Café Hortêncio.	47
Figura 13 - Gastronomia Sítio e Café Hortêncio.....	48
Figura 14 - Divulgação do tour criativo Sertão Local - Marli Luisa J. y Sales.....	49
Figura 15 - Placa da Escola.	50
Figura 16 - Evento e inauguração da quadra de esporte.....	51
Figura 17 - Atual situação das salas de aula da Escola.	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de Unidades de Conservação criadas pelo SNUC.....	26
Quadro 2 - Impactos socioculturais do turismo na Unidade de Conservação.	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOSertão	Associação de Moradores Barreiros do Ribeirão da Ilha (Sertão do Ribeirão)
DEPUC	Departamento de Unidade de Conservação
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUSP	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos de Florianópolis
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral.....	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
1.2	APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	14
2	METODOLOGIA.....	16
3	O TERRITÓRIO E HISTÓRICO DA COMUNIDADE BARREIROS DO RIBEIRÃO DA ILHA	20
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO	20
3.1.1	Localização	20
3.1.2	Características Físicas	21
3.1.3	Histórico da comunidade	22
4	HISTÓRICO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA DA COMUNIDADE BARREIROS DO RIBEIRÃO DA ILHA.....	25
4.1	POLÍTICA E GESTÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI.....	28
5	SEGMENTAÇÃO DO TURISMO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO.....	34
5.1	TURISMO SUSTENTÁVEL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	35
5.1.1	Turismo de Base Comunitária como possibilidade de desenvolvimento.....	36
6	EXPERIENCIA DE TURISMO SUSTENTAVEL NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI	39
6.1	PATRIMÔNIO E PAISAGEM NATURAIS - CACHOEIRAS/TRILHAS	39
6.2	PATRIMÔNIO CULTURAL	41
6.3	RELIGIOSIDADE E FESTAS TRADICIONAIS	42
6.4	ARTE DE FAZER BALAIO/RENDA DE BILRO/BENZEDURA	43
6.5	SÍTIO E CAFÉ HORTÊNCIO E ACOLHIDA NA COLÔNIA	44
6.5.1	Roteiro turismo sustentável de experiência - Triskel Bike	48
6.6	CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO.....	50
7	CONCLUSÃO.....	54
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

As experiências de turismo de base comunitária que já estão ocorrendo e vêm sendo adotadas por algumas comunidades como forma de organizar a atividade e gerar desenvolvimento local. A cidade de Florianópolis possui diversas Unidades de Conservação (UC) que são divididas em Parques, Monumentos Naturais e Áreas de Preservação Permanente, cabendo ao Município a sua administração. Entretanto, em muitas dessas Unidades a situação é precária, com áreas degradadas, falta de investimentos que viabilizem a visitação pública, que fragilizam-se também pela falta de projeto específico que ressalte a importância da preservação desses espaços.

Entendemos que a criação e administração dependem de ações governamentais, no entanto, é preciso mobilização de todos para a promoção de ações que incentivem e busquem assegurar a sustentabilidade e a preservação. Tanto o turista quanto a população local, quando procuram realizar visitas, esperam que seus objetivos e necessidades sejam satisfeitos, como encontrar o local limpo e preservado, acesso facilitado, informações claras e disponíveis, porém, falhas são observadas em toda a área da Unidade de Conservação (qual?).

Está cada vez mais difícil manter qualidade de vida nas cidades e em regiões turísticas, para preservar, e ao mesmo tempo, serem espaços de interação com a natureza. Assim, é preciso garantir padrões ambientais adequados e estimular a crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade dessas Unidades de Conservação está diretamente ligada a ações que visem uma estrutura para que os visitantes sintam-se acolhidos e seguros no local, e o indiquem a outros visitantes. A sustentabilidade, associada à preservação ambiental, só será efetivada quando houver consciência da necessidade de fiscalização efetiva e respeito a esses lugares, aprimoramento da recuperação e monitoramento das áreas degradadas e ampla divulgação da importância desses ecossistemas.

A pesquisa aqui apresentada é direcionada para a importância do desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, onde está inserida a Unidade de Conservação da Lagoa do Peri, buscando viabilizar melhorias e benefícios aos visitantes, gerando renda à comunidade e revitalizando todas as trilhas e áreas de acesso aos turistas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Propor experiências de turismo sustentável na Unidade de Conservação Monumento Natural Lagoa do Peri em Florianópolis, tendo como recorte espacial a Comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha (Sertão do Ribeirão).

1.1.2 Objetivos Específicos

- a. Caracterizar histórica e geograficamente a comunidade;
- b. Contextualizar o processo da criação da Unidade de Conservação Monumento Natural Lagoa do Peri;
- c. Levantar os limites e as possibilidades do turismo sustentável na Unidade de Conservação;
- d. Planejar e estruturar roteiros turísticos com atividades existentes e em potencial visando o desenvolvimento sustentável da Unidade de Conservação e sua proteção.

1.2 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

A segunda seção trata da opção metodológica para a realização deste estudo. O terceiro aborda o território e o histórico da Comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha, caracterizando a região de estudo em seus aspectos físicos, históricos e geográficos. O quarto capítulo, por sua vez, apresenta o histórico da Unidade de Conservação presente no território da Comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha e descreve os fatores políticos e legais da Unidade de Conservação, as ações dos órgãos públicos e entidades no cunho ambiental e turístico. O quinto capítulo discute a segmentação do turismo enquanto possibilidade de desenvolvimento. Para tanto, traz os aspectos do turismo sustentável e de base comunitária na perspectiva de efetivar um turismo que possa ser forma de apoio aos moradores da localidade, seja pela geração de trabalho e renda ou pela valorização da cultural local. O sexto capítulo apresenta a experiência de turismo sustentável na Unidade de Conservação Monumento Natural Lagoa do Peri, desde as paisagens naturais, o patrimônio cultural, as festas e religiosidade, o artesanato, o centro cultural comunitário e o Sítio e Café Hortêncio em sua associação com a Acolhida na Colônia. Este último relaciona-se com o roteiro de turismo

sustentável de forma cooperada com a comunidade e diversos grupos de apoio para geração de renda e preservação da Unidade de Conservação. A conclusão busca apontar respostas aos objetivos deste estudo, trazendo todos os pontos positivos e negativos nessa prática do turismo sustentável em Unidade de Conservação e as potencialidades para a cultura, a economia e a valorização da comunidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem metodológica chamada pesquisa qualitativa, com estudos de caso, pesquisas bibliográficas e exploratória, por meio de fontes secundárias, como artigos, livros e documentos de órgãos públicos e privados, além de pesquisa empírica, com uso de técnicas de observação direta e participação na comunidade. Segundo Lüdke e André (1986), são características básicas de uma pesquisa qualitativa:

- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- O 'significado' que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima (1986, p. 11).

Foi realizado estudo exploratório com pesquisas bibliográficas sobre Unidade de Conservação, planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável. As leituras e análise documental se deram com o intuito de embasar teoricamente o estudo de caso. Para o desenvolvimento do tema o método foi alicerçado na compreensão dos conceitos da pesquisa para assim compreender o sentido dos objetos geográficos.

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são tudo que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida (SANTOS, 1999, p. 59).

Nosso grau de envolvimento com a área a ser pesquisada é de gerações, por se tratar de minha localidade de nascimento e criação, tendo assim a necessidade de desenvolver as atividades de forma integrada e com sustentabilidade, como o turismo sustentável.

Santos (1999) observa que o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes. Desde que escolhidos e localizados, os novos objetos, com suas características de função e de comportamento, renovam o sistema local de relações, redefinindo o meio que os acolhe.

Nesse sentido, compreendemos que a análise pretendeu estabelecer, permanentemente, a vinculação entre os objetos e as ações para compreender o sentido de mapear as possibilidades e limites para essa Unidade de Conservação. Para Köches (2005, p. 29), em sentido amplo, “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos”. A pesquisa deve ser planejada e executada em conformidade com as normas estatuídas para cada método de investigação. A pesquisa aqui enfocada foi desenvolvida com o método de abordagem dedutivo, já que foi precedida de estudo das teorias existentes na bibliografia sobre o assunto, efetuando-se posteriormente comparação dessa literatura com aquilo que foi observado. Para Marconi e Lakatos (2010), o método dedutivo defende o aparecimento, em primeiro lugar, do problema que será testado pela observação e experimentação. O estudo de caso é um método indutivo, parte do singular, do particular para o geral (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto aos fins, tomando-se por base a classificação da pesquisa apresentada por Ruiz (1985), esta pesquisa é do tipo descritivo. Esse tipo de pesquisa, segundo Fachin (2003, p. 30), é aquele que “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relação entre variáveis e fatos”. Já Andrade (1993, p. 98) aponta que na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Na pesquisa bibliográfica realizada na Unidade Monumento Natural Lagoa do Peri (MONA Lagoa do Peri) a descrição de algumas características se deu com o intuito de identificar uma maneira de compreender a localidade.

Por concentrar-se na investigação de uma única organização, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. Segundo Yin (2010, p. 39), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”.

O ponto forte nessa tipologia é o de permitir o estudo de um fenômeno em profundidade dentro de seu contexto, permitindo uma análise processual à medida que eles ocorrem dentro das organizações. Para Ruiz (1993), o estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, tendo caráter de profundidade e detalhamento, podendo ou não ser realizado em campo. Da mesma forma, Köches (2005, p. 113) afirma ser o estudo de caso “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”.

O método observatório que utilizamos tem o grau de envolvimento, a vivência e a experiência compartilhada com a comunidade (Unidade de Conservação), não apenas no decorrer da pesquisa de campo, mas ao longo de toda a sua vida.

O observador como participante tem envolvimento mínimo no contexto social estudado. Existe algum tipo de conexão com o grupo ou contexto, mas o observador não é naturalmente ou normalmente parte do ambiente social. Em geral, como exemplo, há as pesquisas organizacionais em que, muitas vezes, o pesquisador identifica-se como tal, contudo, apenas observa o andamento das rotinas laborais sem envolver-se diretamente nas mesmas (MARIETTO, 2018).

De forma semelhante, Augé (1994) alerta sobre a necessidade de se trabalhar sobre o presente, como questão de método, também na Antropologia, pois é necessário investigar os aspectos da vida social contemporânea e, a partir dessa contemporaneidade, pode-se empreender uma comparação com a precedência do que se investiga.

Como método de investigação este estudo se caracteriza como qualitativo, pois considera que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Nesse tipo de pesquisa, conforme Michel (2005), os dados não são analisados por meio de instrumentos estatísticos, pois a mensuração e a enumeração não são o foco. Por meio do modelo qualitativo é que se descreve a realidade identificada, possibilitando maior aprofundamento da análise.

Neste estudo, a técnica utilizada para obtenção de dados foi a observação participante. Conforme Gil (1999), a observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. A análise de dados é definida por Ruiz (1993, p. 353) como “a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados”. Assim, os dados brutos são agrupados de forma sistematizada, visando possibilitar sua interpretação. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1999), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Para Gil, a pesquisa bibliográfica tem por finalidade permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Para a caracterização do Parque Municipal Lagoa do Peri, foi utilizada a análise documental, já que informações a respeito da Unidade de Conservação vieram de documentos que serviram de aporte. Também, segundo Gil (1999), a pesquisa documental assemelha-se

muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre elas está na natureza das fontes. Enquanto na pesquisa bibliográfica se utiliza informação de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

No estudo de caso, onde participei ativamente com a comunidade nas reuniões da associação de moradores e no conselho consultivo que há dois anos vinha discutindo a lei nº 10.530, de 2 de maio de 2019, que dispõe sobre a criação da Unidade de Conservação Monumento Natural da Lagoa do Peri (MONA Lagoa do Peri), com entidades relacionadas, comunidade local e arredores, para que o local se tornasse Monumento Natural, uma vez que se adequava à realidade consolidada ao longo dos anos, além de ser menos restritiva quanto à ocupação, permitindo a propriedade privada em seus limites. A análise e observação vem sendo trabalhada há quatro anos, desde o início da associação, que entendeu a necessidade da união da comunidade para a garantia de sua sobrevivência nesse espaço, que necessita de uma proteção e valorização, tendo muito a oferecer de maneira sustentável e ecológica a seus visitantes. A observação participante ocorre, em geral, em ambientes comunitários dentro dos contextos culturais, sendo o próprio pesquisador o instrumento de pesquisa e para isso é importante que o pesquisador esteja preparado para não sugerir informações que possam interferir nos dados da pesquisa (MARIETTO, 2018). Especialmente, para a valorização dessa área e a forma de uso consciente para o turismo sustentável, expressado, na atualidade, nas categorias de paisagem, ambiental, cultural e lugar, como decorrência dos processos de trabalho e das relações sociais, em diferentes épocas.

A partir de minha vivência na comunidade, tendo laços sanguíneos e familiares que remontam a 200 anos, herdando a história e a cultura da família que ali se manteve e até hoje e dedica a vida à comunidade, e também, com o trabalho de turismo sustentável que já realizo na área, percebemos a necessidade de organizar e trazer de forma mais profunda e consistente o tema do turismo sustentável para o desenvolvimento de forma adequada, tanto para a comunidade como para o turista que frequenta a localidade.

3. O TERRITÓRIO E HISTÓRICO DA COMUNIDADE BARREIROS DO RIBEIRÃO DA ILHA

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

3.1.1. Localização

A comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha localiza-se na região sul da ilha de Santa Catarina, aproximadamente a 33 km do centro da cidade de Florianópolis. Encontra-se dentro dos limites da Unidade de Conservação da Lagoa do Peri, numa região definida por seu zoneamento como Área de Paisagem Cultural, onde se localizam assentamentos e são praticadas atividades humanas tradicionais, como a fabricação de farinha de mandioca e de cachaça de alambique, agricultura, pecuária e artesanato de cipó (SALGADO, 2002).

Em 1976, mediante Decreto Municipal Nº 1.408, a bacia hidrográfica foi tombada como Patrimônio Natural (FLORIANÓPOLIS, 1976), e em 1978 foi efetuado o zoneamento do território pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). No dia 4 de dezembro de 1981 foi criada a Lei Municipal nº 1828/81, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 091/92, publicado no Diário Oficial do Estado n.12.03 em agosto de 1982. Essa lei protege todos os bens naturais presentes na Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri e os bens culturais presentes em toda a comunidade no interior da área. No ato de sua regulamentação, a área total regulamentada na lei foi de 2.030 ha, abrigando, no interior, a maior lagoa de água doce da costa Catarinense, com aproximadamente 5 km², e o nome da lagoa é que dá nome a Unidade de Conservação.

De acordo com o cadastro de moradores da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM) 1997/1998, na década de 1990 a região do Sertão do Ribeirão possuía 147 habitantes, organizados em 35 famílias com residências fixas ou temporárias (PEREIRA, 2001). Dados do ano de 2009 (FONTE?), apontam a existência de 44 residências, sendo 20 residências fixas, 22 temporárias e duas abandonadas, totalizando número estimado de 53 moradores fixos e 50 temporários. Atualmente, de acordo com pesquisa realizada pela Associação de Moradores do Sertão Ribeirão (AMOSertão), a comunidade possui, aproximadamente, 200 habitantes, organizados em 88 residências fixas ou temporárias.

A comunidade se mantém afastada do meio urbano e não conta com posto médico, há estrutura física da Escola Desdobrada Municipal do Sertão do Ribeirão, que foi construída em 1978, e que está em estado de abandono desde o ano de 2010.

Por um período de 32 anos, era onde ocorria o ensino fundamental - anos iniciais. Não há sistema de esgoto, o abastecimento de água é feito diretamente dos recursos hídricos locais, como nascentes e cachoeiras. A coleta de lixo é feita com pouca frequência, ocasionando problemas sanitários para a comunidade e visitantes. Em reuniões realizadas pela AMOSertão, os moradores apontaram como os maiores problemas na comunidade, a falta de saneamento básico e a infraestrutura precária.

Atualmente a área da Unidade de Conservação vem sendo invadida, ocorrendo um desenvolvimento acelerado, desorganizado e sem infraestrutura. Sem a devida informação e orientação, a comunidade tradicional tem passado a vender os terrenos, deixando o trabalho da lavoura para realizar atividades de agroextrativismo de palmito nativo, de forma irregular, e venda de madeira e plantas nativas, sem conscientização, deixando assim de fazer atividades que interliguem o agroturismo, atividade agropecuária, produção orgânica de alimentos, bem como atividades culturais.

Na presente pesquisa relatamos algumas dificuldades enfrentadas pelos moradores do Sertão do Ribeirão. A maioria deles reclama da falta de infraestrutura e do difícil acesso, fazendo referência à negligência por parte de órgãos públicos. Alguns afirmam que a economia das famílias se viu afetada com a criação do Parque, já que práticas agrícolas começaram a ser alvo de fiscalização. Em virtude desses e de outros fatores, muitas famílias se encontram desestimuladas a continuar vivendo na localidade. No entanto, os moradores se identificam com o lugar e expressam o desejo de continuar residindo no Sertão.

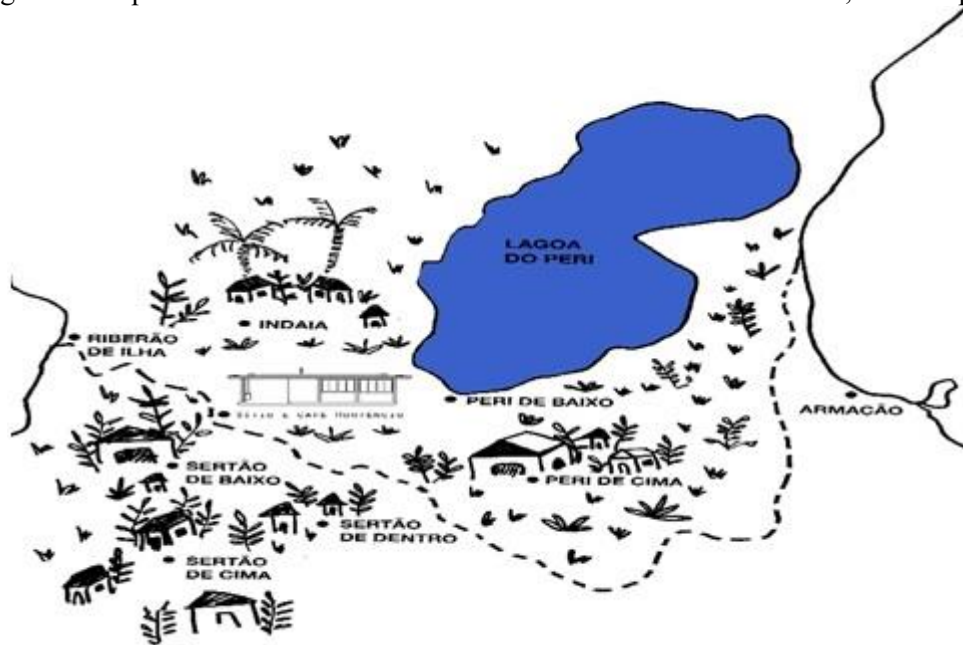
Os desafios das atividades de turismo em área de Unidade de Conservação são a carência de infraestrutura, que existe em toda a capital de Santa Catarina, não sendo diferente na UC, a falta de informação das pessoas da comunidade e de apoio das entidades públicas, limitando seu desenvolvimento.

3.1.2. Características Físicas

A Unidade de Conservação possui extensa biodiversidade. Essa biodiversidade se deve ao fato do seu território comportar duas formações vegetais, a princípio, muito distintas entre si, a Restinga e a Mata Atlântica (IBGE, 2012). A Restinga caracteriza-se por

vegetações pioneiras de caráter edáfico (IBGE, 2012). O segundo sistema que compõe a vegetação é a Floresta Mata Atlântica (IBGE, 2012). Nessa vegetação percebe-se uma distribuição caracterizada por árvores de porte médio, até 30 metros (mesofanerófitas) e porte alto, até 50 metros (macrofanerófitas).

Figura 1 - Aspectos Físicos e culturais da Comunidade Sertão do Ribeirão, Florianópolis SC.



Fonte: Elaborado por Rio-Rio Arte, 2021.

3.1.3. História da comunidade

A maioria dos moradores da comunidade tradicional de Barreiros do Ribeirão da Ilha (Sertão do Ribeirão) tem ascendência açoriano-brasileira. Têm-se registros de que a comunidade tem cerca de 200 anos, pois há famílias, como a da autora, registradas na comarca da Freguesia do Ribeirão da ilha como moradores da Comunidade.

Nos anos de 1748 a 1756, a Coroa Portuguesa enviou em torno de seis mil pessoas do arquipélago dos Açores para a Vila Desterro (Florianópolis) afim de colonizar a região. Assim, formaram-se as primeiras freguesias, como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio (CECCA, 1996).

Posteriormente, a freguesia do Ribeirão da Ilha foi constituída, onde os habitantes iniciaram atividades para além da pesca, começando a ocupar as áreas com maior aptidão agrícola, como os vales e morros da região. A Comunidade se iniciou suas atividades econômicas através da extração de madeira para exportação, utilizadas, também, para

construção de barcos, para lenha e construção de engenhos e moradias. Posteriormente, atividades como pesca de baleia, agropecuária, queimadas e supressão da vegetação, foram desenvolvidas na comunidade.

Os primeiros habitantes do Sertão do Peri fixaram-se na região a partir de 1761, data da instalação da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, sendo provenientes daí, bem como de alguns municípios vizinhos à Florianópolis, localizados na parte continental, como Paulo Lopes e Santo Amaro (BATISTA, 2004, p.2).

O desenvolvimento da comunidade provocou desmatamento, visando atender muitas das necessidades dos moradores. Desse modo, a ocupação imprimia suas feições nas baixadas e encostas da paisagem:

As condições geográficas da área influenciaram nos padrões ocupacionais da comunidade do Sertão: a altitude, a maior distância em relação ao mar, a existência de um solo mais fértil e devido à quantidade de mananciais de água (...) A configuração da paisagem do Sertão do Ribeirão resultou de um padrão de organização desenvolvido empiricamente, a partir do gênero de vida açoriano, cujo eixo consistia na produção familiar de subsistência (CABRAL, 1999, p. 32).

Batista (2004) explica que as famílias do Sertão do Ribeirão viviam praticamente isoladas, contudo, em 1976 a estrada (não pavimentada) de acesso entre os bairros Costa de Cima e Ribeirão da Ilha foi criada, permitindo que os moradores pudessem se deslocar com mais facilidade para outros bairros. O autor aponta, ainda, que anteriormente à implantação da UC, a principal exploração da terra eram lavouras de mandioca, cana-de-açúcar, feijão e milho, e o plantio era feito, em grande parte, nas encostas, causando erosão e empobrecimento do solo. Também eram desenvolvidas diversas atividades, como os engenhos e o processamento de farinha e alambique de cachaça.

A comunidade sempre esteve associada à fabricação artesanal de farinha de mandioca. A “farinhada” era um trabalho tipicamente coletivo; nela não só se produzia a farinha, com objetivo econômico, mas também era um momento de cantorias, danças, lazer e sociabilidade (BATISTA, 2004, p. 4).

De acordo com Pereira (2001), o Sertão do Ribeirão diferencia-se pelos próprios moradores tradicionais, em núcleos separados pelo relevo, conhecidos como: Sertões de Fora, de Dentro, do Indaiá, Peri de Cima e Peri de Baixo (Figura 1). Trata-se de divisões classificadas pelos moradores da época para a divisão das famílias, que nos anos de 1954 a 1981, eram, em torno de 300 habitantes.

Segundo Cabral (1999), no final da década de 1980 foi construída uma Igreja Católica para a realização de missas na comunidade.

Pereira (2001) destaca que em 1978 foi inaugurada a Escola Desdobrada do Sertão do Ribeirão da Ilha, que possuía o ensino de primeira à quarta série. Atualmente essa escola encontra-se desativada. A comunidade também não possui Unidade Básica de Saúde, nem espaço para lazer ou educação. As crianças frequentam as unidades de educação nas comunidades vizinhas, distante em torno de 5 km da comunidade.

De acordo com o Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECC, 1996), no período histórico compreendido entre 1926 e 1981, Florianópolis apresentou grande urbanização e aumento populacional em função da implantação de diversas estatais, empresas e rodovias. Posteriormente com a expansão da indústria do turismo, expandiram-se os horizontes comerciais da Ilha para além da pesca e agricultura, trazendo como consequência, a negação das culturas locais e a destruição do patrimônio arquitetônico. As reproduções culturais, como engenhos de cachaça e farinha, foram se acabando por todos os bairros de Florianópolis, bem como na região do Sertão do Ribeirão.

De acordo com dados do IPUF (1978) a área chegou a ter 35 engenhos, atualmente apenas dois ainda são usados. O declínio na economia de engenhos deu-se em grande parte por problemas de questão ambiental, devido à baixa fertilidade e produtividade do solo combinado com a implantação de leis proibindo a derrubada e queima da mata para uso na agricultura. Aos poucos foram abandonadas as terras anteriormente utilizadas na lavoura, onde a vegetação natural retomou o espaço dando origem aos capoeirões, que hoje dominam a paisagem natural (CARDOSO et al, 2008, p. 208).

Cabral (1999), explica que, à medida que a atividade agrícola foi sendo substituída por outras mais dinâmicas vinculadas à expansão urbano-turística de Florianópolis, e pela implantação da UC em 1981, as áreas cultivadas que foram sendo abandonadas e deixaram de ser utilizadas. Gradativamente, as áreas exploradas pelas atividades agropecuárias entraram em processo de regeneração da mata nativa, tornando-se novamente grandes áreas verdes e com estruturas antigas e ruínas dos engenhos e das casas, trazendo para os turistas um conhecimento da época que a comunidade era referência em plantação e fabricação de açúcar, café, melado, cachaça, farinha, entre outros.

4. HISTÓRICO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA DA COMUNIDADE BARREIROS DO RIBEIRÃO DA ILHA

A FLORAM (especificar) é responsável pelas Unidades de Conservação da capital catarinense, desenvolvendo trabalhos voltados para a conservação dos ecossistemas, vigilância dos mananciais hídricos e educação ambiental no município, buscando, assim, garantir a efetiva fiscalização dos parques e a preservação da qualidade de vida. Criada em 1981 e regulamentada em 1982, a Unidade de Conservação (Parque Municipal da Lagoa do Peri) localiza-se a 24 km do centro da capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis. O parque encontra-se na porção sul da Ilha de Santa Catarina, possuindo 20,3 km² de matas e trilhas. A lagoa apresenta uma área superficial de 5,2 km² (CECCA, 1997). A região possui, também, importante remanescente florestal de Mata Atlântica. Esses fatos levaram a área a ser tombada como Patrimônio Natural do Município e a implantação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, constituindo 5% do solo da Ilha de Santa Catarina, que possui aproximadamente 42% de sua área constituída por Unidades de Conservação, instituídas em legislação federal, estadual ou municipal (CECCA, 1997).

A região do Parque Municipal da Lagoa do Peri é alvo de interesse para sua preservação desde a década de 1950, quando o Decreto Presidencial Nº 30.443, de 25 de janeiro de 1952, declarou como remanescentes de floresta nativa a vegetação existente desde as margens da Lagoa até a extremidade sul da Ilha de Santa Catarina (BRASIL, 1952). Em 1976, o Decreto Municipal Nº 1.408, de quatro de junho de 1976, tombou a área da bacia hidrográfica da Lagoa do Peri como Patrimônio Natural, também com o objetivo de proteger os ecossistemas ali existentes (FLORIANÓPOLIS, 1976). Em 1981 foi criado o Parque Municipal da Lagoa do Peri, por intermédio da Lei nº 1.828 de 1981, sendo atualmente uma das mais importantes Unidades de Conservação de Proteção Integral do Município de Florianópolis. Mediante Decreto Municipal Nº 91 de 1982 (FLORIANÓPOLIS, 1982), foi regulamentada a Lei que criou o Parque, tendo sido estabelecidos seu zoneamento e critérios de uso nas diferentes áreas definidas. O Parque Municipal da Lagoa do Peri foi criado visando atender os seguintes objetivos (Art. 2º da Lei nº 1.828/81):

I - Proteger o manancial hídrico da bacia da Lagoa do Peri de modo a permitir uma utilização adequada de seu potencial, visando abastecer a população do Sul da Ilha de Santa Catarina.

II - Preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica.

III - Propiciar o desenvolvimento social crescente da Comunidade Nativa.

IV - Aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação (FLORIANÓPOLIS, 1981).

Com recursos da Prefeitura conseguiu-se construir um conjunto de sanitários separados individuais, algumas churrasqueiras e uma caixa d'água. A sede onde funciona a Coordenação de Fiscalização das Unidades de Conservação do Município, é uma antiga casa pré-fabricada de madeira, doada pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), quando já não tinha mais utilidade para a empresa.

Quadro 1 - Categorias de Unidades de Conservação criadas pelo SNUC.

Grupo	Categoria	Finalidade de Manejo
<i>Proteção Integral</i>	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas.
	Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais.
	Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.
	Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais.
<i>Uso Sustentável</i>	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter ecossistemas e regular o uso da área.
	Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica.
	Reserva Extrativista	Proteger o meio de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais.
	Reserva de Fauna	Estudos técnicos científicos sobre manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza, assegurar condições para reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e da exploração dos recursos naturais das populações tradicionais.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.

Fonte: Baseado em Brasil, 2000

Em 1976, através do Decreto Municipal nº 1.408, a bacia hidrográfica foi tombada como Patrimônio Natural (FLORIANÓPOLIS, 1976), e em 1978, foi efetuado o zoneamento do território pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). No dia 4 de dezembro de 1981, foi criada a Lei Municipal nº 1.828 e regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 91 de 1992, que protege todos os bens naturais presentes na Bacia Hidrográfica

da Lagoa do Peri, seus bens culturais presentes em toda a comunidade no interior da área, no ato da sua regulamentação.

No ano de 1987, o Arquiteto Marcos Frugoli, então funcionário da Prefeitura Municipal de Florianópolis, lotado no Parque Municipal da Lagoa do Peri, desenvolveu o *Estudo Preliminar do Projeto Arquitetônico da Nova Sede Administrativa* (Frugoli, 1987). Entretanto, pela falta de recursos financeiros para realizá-lo, o projeto permaneceu arquivado até setembro de 1993, quando os técnicos da assessoria de Meio Ambiente da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos de Florianópolis (SUSP) o enviaram ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) utilizando o Fundo Nacional do Meio Ambiente¹ (FNMA), conseguindo financiamento para a construção. Porém, apenas em maio de 1996 foi liberada a verba para a criação da sede.

Figura 2 - Mapa de localização e zoneamento do Parque Municipal da Lagoa do Peri.



Fonte: Departamento de Unidades de Conservação da Floram, 2011.

¹ O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) tem por finalidade contribuir, como agente financiador, para a implantação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

No ano de 1978, a fim de estabelecer bases para a criação do Parque, (Figura 2) o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) elaborou o Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri, delimitando três áreas em seu domínio (Figura 2), (PENTEADO, 2002). “A Área de Paisagem Cultural destina-se ao desenvolvimento social da população residente, à proteção da fauna, flora e seu substrato, ao lado da conservação da paisagem resultante das atividades tradicionais na área” (Lei Municipal de Florianópolis nº 1.828 de quatro de dezembro de 1981, art. 28). Em 18 de julho de 2000, através da Lei Federal nº 9.985, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2004), quando foram estabelecidos critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. As UCs integrantes do SNUC foram divididas em dois grupos com características específicas: as Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e as Unidades de Uso Sustentável, que compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Como mostra no quadro 1 as categorias presentes no sistema SNUC.

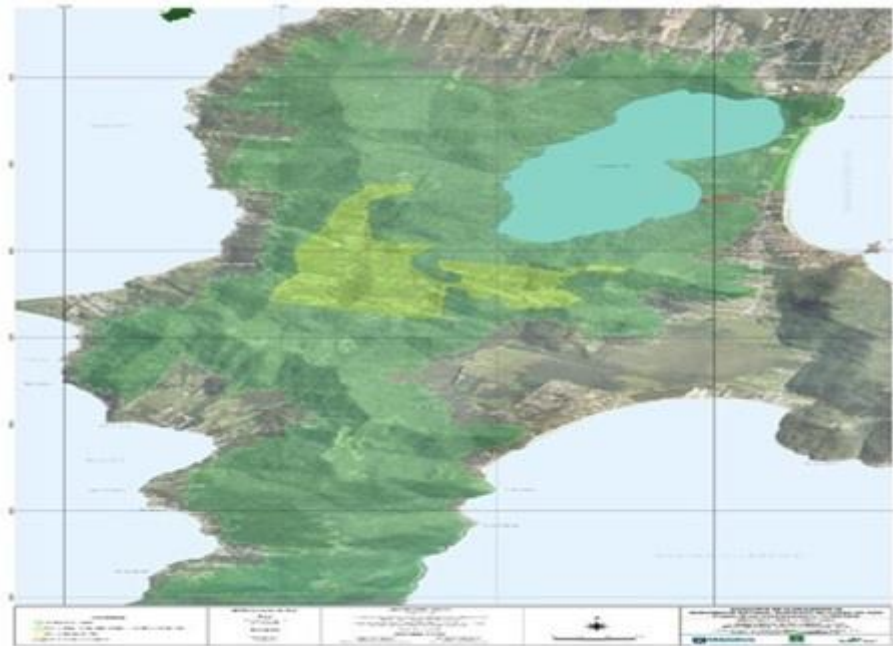
Como a existência do Parque Municipal da Lagoa do Peri se deu antes da criação do SNUC, a comunidade Sertão do Ribeirão que fica no entorno da Unidade permaneceu por muito tempo desassistida pelos órgãos públicos. No ano de 2020, depois de um processo de recategorização, a Unidade de Conservação deixou de ser Parque e passou a ser Monumento Natural trazendo, na forma de novas regulamentações, o direito de uso consciente dos recursos locais.

4.1 GESTÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI

O aumento da população e o crescimento da cidade de Florianópolis têm influenciado a grande procura por áreas rurais, contudo, a falta de infraestrutura urbana nesses espaços, associada ao aumento de sua população, podem não resultar em melhor qualidade de vida. Em muitos casos, as cidades crescem de forma desordenada, ainda que o crescimento devesse ser acompanhado, tanto pelo aumento da infraestrutura, como dos serviços públicos, nos espaços urbano e rural. No Brasil, a ocupação do espaço de forma desordenada e a falta de planejamento vêm agravando os problemas urbanísticos e ambientais, que já são sérios (MOTA, 1995). Observa-se que vários dos centros urbanos passaram, no decorrer do tempo, por processos de forte degradação da flora, da fauna e, principalmente, dos recursos hídricos, como os córregos, lagos e rios.

Historicamente, as Unidades de Conservação são implantadas para a proteção e manutenção de uma determinada situação ou causa, no entanto, existe um grande impasse no equilíbrio entre a conservação e a sobrevivência dos que residem nessas áreas. Nesse sentido, é necessário desenvolver um equilíbrio entre a utilização dessas áreas e o desenvolvimento econômico desses lugares, além de uma infraestrutura adequada tanto para a comunidade local quanto para os turistas. Na Figura 3 e mostra o atual zoneamento onde é delimitado a área cultural em verde limão e a área de verde escuro preservação permanente.

Figura 3 - Zoneamento Ambiental do MONA Lagoa do Peri.



Fonte: Prefeitura de Florianópolis, FLORAM, 2019.

Os benefícios trazidos pelas UCs são difíceis de serem medidos. Terborgh e Schaik (2002, p. 33) afirmam que “os benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza são intangíveis, relacionados com recreação, bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza”.

Refletindo sobre isso, observamos que infraestrutura, acesso, hospedagem, comunicação, saneamento, coleta de lixo adequada e consolidação do uso público são necessidades cada vez mais defendidas, também, em função da elevação do nível de cultura e da conscientização da comunidade, que busca maior qualidade de vida.

Segundo Pimentel, Magro e Silva Filho seria et al, (2011, p.44), “a criação de áreas protegidas pode ser considerada como importante estratégia de gestão do território, regulando

as dinâmicas de uso e ocupação”, tornando nítida a necessidade de um Plano Diretor, com uma fiscalização adequada para essas áreas e um zoneamento construído de forma conjunta e coletiva, sendo importante tanto para a comunidade quanto para a preservação dessas áreas UCs.

Para Vallejo (2005), as visitas às áreas protegidas trazem tanto benefícios diretos quanto indiretos. Tais benefícios são observados tanto na gestão do território em questão quanto para os turistas. Em termos de benefícios pessoais, o contato das pessoas que moram no espaço urbano com as áreas preservadas ajuda de diferentes formas. Vallejo (2015, p. 12) considera que “(...) a fuga do lugar é um dos principais motivos que estimulam as pessoas a fazer contato com as áreas silvestres”.

Dependendo da UC, há também a parte econômica, com pagamento de entradas e outros atrativos que, de certa forma, contribui com as demandas próprias e ajuda a financiar as despesas de outras UCs menos atrativas de um sistema nacional, estadual ou municipal (VALLEJO, 2015).

No caso da UC apresentada neste trabalho, podemos citar algumas atividades como o estacionamento da sede da UC, que poderia ser de alguma forma uma geração de renda para a própria manutenção da Sede UC, além de utilização de guias e condutores locais cadastrados na própria UC. Também entendemos que é importante a organização de um programa de voluntário para toda área da UC, com atividades de condução nas trilhas, atendimento às escolas, plantio de mudas nativas e atendimento aos turistas.

Da mesma forma, é fundamental incentivar a população a compreender o valor social e de conservação da UC, por meio de atividades de educação ambiental, cultural e de geração de renda de forma sustentável. Ter uma sede dentro da área cultural onde está localizada a comunidade local seria de grande importância para o desenvolvimento de forma organizada e sustentável.

A Unidade de Conservação Monumento Natural Lagoa do Peri (Figura 4) possui vasta área de mata e parte de tradições próprias do local, como o saber fazer farinha de mandioca e produzir cachaça. Há um histórico dos antigos engenhos que se instalaram no local e os moradores que são herdeiros ainda mantêm esse saber. Segundo Vallejo:

A maior preocupação em relação ao planejamento e gestão do uso público em território nacional recai sobre as condições de infraestrutura das nossas áreas protegidas. Problemas fundiários, conflitos de uso, deficiências orçamentárias, de pessoal e outros itens, ainda representam grandes

preocupações para consolidação das áreas, incluindo o próprio uso público (2015, p. 19).

A falta de apoio e orçamento, funcionários, até mesmo manutenção de muitos espaços da UC, sem infraestrutura para os turistas, conflitos entre o órgão gestor e a comunidade local são empecilhos à consolidação dessas áreas.

Figura 4 - MONA Lagoa do Peri².

MONUMENTO NATURAL MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI

MARCOS LEGAIS
 Decreto 30.443/92 - Dec. 1.428/76 - Lei 1.826/81 - Dec. 09182 - Dec. 10.185 - SMAJ/ Lei 9385/00 - Portaria 024/07 - Lei 10.302/03

DADOS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)
 DATA DE CRIAÇÃO: 03/12/1981
 ECOSISTEMAS: Floresta Ombrófila Densa e Restinga
 ÁREA: 4.234,43 hectares / 42.344,272m² - Perímetro: 34,543km
 CATEGORIA DE MANEJO: Monumento Natural

LOCALIZAÇÃO Rod. SC-406 - Florianópolis/SC
SEDE: Rua Francisco Thomaz dos Santos, 3050 - Associação de Pesca do Peri - Florianópolis/SC, 88056-200. (alugamento para propagação, via agendamento prévio)
CONTATO: +55-48-3237-5665 (DEPUJ - FLORAM)
FUNCIONAMENTO: Todos os dias todos os dias, das 7h às 18h.
ATRATIVOS: Lagoa, Praia de Aninha, Morro do Meio da Pedra, Caminho do Sertão e Cachoeira da Gurta, Caminho da Gurta, Caminho Guarani, Caminho da Segueira.
 Projeto de Recuperação Paisagística e Ambiental de Solo (1999-2008). Ações contra espécies exóticas invasoras.
 Alta temporada: serviços de alimentação, esporte e lazer na Sede.

OBJETIVOS DA UC
 I. Proteger o manancial hídrico de Base da Lagoa do Peri, de forma sustentável, visando o abastecimento público. II. Promover a proteção e recuperação das reservas hídricas. III. Promover o patrimônio natural representativo pela flora, fauna e paisagem. IV. Desenvolver e manter a diversidade biológica e dos recursos genéticos. V. Promover a preservação e a restauração de ecossistemas. VI. Desenvolver o patrimônio cultural tradicional. VII. Promover e salvaguardar o patrimônio cultural. VIII. Estimular o uso sustentável de espécies ornamentais e medicinais nativas. IX. Promover o patrimônio histórico e arqueológico. X. Contribuir para a conservação da paisagem. XI. Apoiar e incentivar atividades de pesquisa científica. XII. Valorizar academicamente e socialmente a diversidade biológica (edafobiota).

HISTÓRICO
 O interesse em preservar a região vem desde 1902, quando foi decretado como "reserva natural de floresta nativa" toda a vegetação existente dentro da margem da Lagoa do Peri até a extremidade sul da Ilha de Santa Catarina. A área, mais antiga e, também, mais próxima UC Municipal, teve sua proteção iniciada em 1925, quando a área da base hidrográfica da Lagoa do Peri foi tombada como Patrimônio Natural e suas limitações foram aprovadas na criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, em 1981. Seu zoneamento e critérios de uso foram definidos no ano seguinte, no entanto, com o advento do DNJC em 2000, a categoria Parque se tornou incompatível com a realidade fundiária e de uso das comunidades tradicionais da Unidade de Conservação.
 Em 2007, foi criado o Conselho Gestor, mas somente em 2006/07, com o retorno do mesmo, foi encaminhada a proposta de reorganização para Monumento Natural (PN 17.693/16), propondo a permanência da população tradicional e o respeito aos usos tradicionais do território, ampliando os limites em função das Áreas de Preservação Permanente do entorno, mantendo a Proteção Integral na salvaguarda da base hidrográfica da Lagoa do Peri, - balneário e, ao mesmo tempo, manancial de abastecimento de cerca de 200 mil unidades consumidoras - e do melhor remanescente de floresta primária da Ilha.
 Aprovada a Lei 10.530/09, a área do Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri passou de 1.992 para 4.234 hectares. Seu conselho e gestão passaram a elaboração do Plano de Manejo e a implementação de programas e ações envolvendo regimento de uso, avanço na fiscalização, projetos de Turismo de Base Comunitária, valorização da cultura tradicional e economia local, com destaque para os engenhos, ilhas e lagoas e demais iniciativas da comunidade do Sertão do Ribeirão.

MAPA
 Área do UC: 4.234,43 hectares / 42.344,272m² - Perímetro: 34,543km

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS
 Departamento de Unidades de Conservação - DEPUJ
 Rua Francisco Thomaz dos Santos, 3050 - Associação de Pesca do Peri - Florianópolis/SC, 88056-200
 E-mail: floram@pmf.sc.gov.br
 Telefone: +55-48-3237-5665

Patrimônio/Referências:
 Museu Natural de Santa Catarina - Museu de História e Geografia - Museu de Ciências e Tecnologia - DEPUJ
 Edifício: Florianópolis - Florianópolis - Florianópolis

Redes Sociais:
 Facebook: Florianópolis
 Instagram: Florianópolis
 Twitter: Florianópolis
 YouTube: Florianópolis

Fonte: Prefeitura de Florianópolis, FLORAM, 2019.

Para a manutenção desse espaço, talvez uma cobrança de taxa de preservação ambiental, com o turismo de base comunitária, afim de criar fundo de impactos socioambientais para toda a área da UC em decorrência do grande fluxo de pessoas, sobretudo no verão,, seja um caminho possível a ser implantado. Esse valor poderia ser destinado a

² Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/imagens/18_12_2019_19_09_97f81e6b52fbd7da1a0ae715fb4f47dc.jpg.

diversas atividades, como educação ambiental, programas de voluntários, para, realização de atividades de guia de trilhas, atendimento ao turista, plantio de mudas nativas, atividades culturais, como a cantoria do terno de reis, aulas de renda de bilro.

Segundo Queiroz e Vallejo (2017), o uso público deve ser interpretado como estratégia de valorização social e conservação das próprias áreas protegidas. Essa valorização corresponde a um processo a ser alcançado pela gestão, um trabalho que leve a população a compreender determinados territórios, seja pela beleza cênica, seja por outros atrativos. Cabe aos gestores o papel mais complexo de planificação e gestão do uso público, pois precisam planejar, orientar e monitorar a visitação, seus efeitos diretos e indiretos, temporais e espaciais.

Para melhor compreensão de como pode ser realizado um plano de gestão da UC, foi produzida síntese (Quadro 2), do que consideramos como impactos sociais e culturais, positivos e negativos, que devem ser previstos para a implantação do plano de gestão.

Quadro 2 - Impactos socioculturais do turismo na Unidade de Conservação que devem ser previstos para implantação de planos de gestão.

IMPACTOS SOCIAIS	
POSITIVO	NEGATIVO
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor qualidade de vida para a comunidade local, infraestrutura, educação, saneamento básico, coleta lixo, iluminação. • Venda de produtos e serviços da comunidade. • Utilização da mão de obra da comunidade para trabalhar com o turismo. • Curso de capacitação para comunidade local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de fiscalização nas áreas públicas da Unidade de Conservação. • Superlotação nas trilhas e áreas de cachoeiras, sem controle da capacidade de carga. • Desrespeitos dos turistas com a comunidade local e com as áreas particulares. • Venda de terrenos irregulares na área da comunidade (parcelamento do solo).
IMPACTOS CULTURAIS	
POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da cultura, artesanato e festividades comunitários. • Valorização da ecogastronomia e geração de renda. • Formação de condutores locais para apresentação do histórico da formação étnica e cultural dos habitantes locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do fluxo na área da comunidade. • Descaracterização da comunidade. • Diferença social entre os moradores e turistas, ocasionando preconceitos (diferença social).

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os impactos negativos da visitação quando não há um plano de uso público eficiente podem repercutir sobre a qualidade da conservação ambiental e sobre o próprio uso, desestimulando a própria visitação, daí a importância de uma gestão centrada na busca pela conciliação entre o uso e a conservação. A falta de fiscalização é outro fator que vem causando transtornos para a Unidade de Conservação e para os moradores que estão realizando trabalho de forma sustentável e organizada.

Segundo Vallejo (2015, p. 19), a maior preocupação em relação ao planejamento e gestão do uso público em território nacional recai sobre as condições de infraestrutura das nossas áreas protegidas. Problemas fundiários, conflitos de uso, deficiências orçamentárias, de pessoal e outros itens, ainda representam grandes preocupações para consolidação das áreas, incluindo o próprio uso público. Apesar disso, existem diversas comunidades que realizam trabalho de forma sustentável nessas UCs, necessitando de apoio dos órgãos públicos para orientar e estimular o turismo sustentável, considerando as adequações necessárias para cada localidade.

5. SEGMENTAÇÃO DO TURISMO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO

A segmentação é uma forma de organização para o ramo de atividades turísticas para que os produtos e atividades sejam representados de forma que possam ser compatíveis com base no ponto de vista da oferta, levando em consideração as necessidades de vontades do consumidor para atender as suas necessidades (BRASIL, 2010).

Na última década o turismo sofreu constantes inovações. O turista passou a ser mais exigente, lutando pelos seus direitos, reivindicando outros produtos e serviços. Sendo assim, as ações que devem ser empreendidas no marketing turístico são determinadas pelas características dos produtos. Os diferentes interesses dos consumidores atualmente acarretam divisão dentro da atividade turística, que pode ser identificada como segmentação de mercado. Segundo Petrocchi (1999), o aumento da preocupação com segmentos é uma tendência no turismo no mundo todo. O autor afirma que a exatidão do processo de segmentação é agrupar os consumidores em subconjuntos de indivíduos que respondam de modo próximo a ordenar um programa de marketing específico.

Um assunto muito discutido no mercado turístico é a sazonalidade e seus efeitos para a economia do turismo de uma localidade. A opção pela segmentação como estratégia de marketing no planejamento turístico de um destino pode ser uma saída para atenuar os efeitos negativos de tal fenômeno. Além de criar uma marca para o turismo local, segmentar é uma opção de direcionamento nos investimentos de marketing turístico (PETROCCHI, 1999).

A segmentação contribui para atenuar as sazonalidades no mercado do turismo. Há muitos critérios que poderiam ser adotados para a identificação de grupos sociais homogêneos e de clientes dos sistemas de turismo. Predomina no setor a escolha da motivação da viagem como critério principal.

A lista é grande e renova-se sempre: turismo religioso, turismo de aventura, turismo cultural e outros. As hipóteses de segmentação do turismo são ilimitadas. De acordo com o Ministério do Turismo (MTUR), a segmentação turística é entendida como uma forma de organização do turismo para o planejamento e gestão de mercado, sendo estabelecido a partir dos elementos de identidade, oferta, característica e variáveis da demanda.

De uma forma bem simplificada, a segmentação é a divisão dos consumidores em nichos de mercado (segmentação/demanda), como famílias, terceira idade, dentre outras. A especialização da empresa/destino pode se dar em determinados segmentos (segmentação de oferta) como turismo cultural, náutico, rural, esportivo, entre outros (BRASIL, 2006).

A prática de segmentar a atividade turística pode ser entendida como uma forma de aperfeiçoar a oferta turística agregando valor ao produto. É uma tática utilizada para atender as necessidades dos variados tipos de turistas,

Segundo Vaz (1999), a segmentação de mercado tem as seguintes características:

- Segmentação demográfica pessoal: turismo gay; turismo terceira idade; turismo saúde e turismo infantil;
- Segmentação demográfica sociocultural: turismo religioso; turismo cultural e turismo de estudo;
- Segmentação demográfica socioeconômica: turismo eventos; turismo negócios e turismo social.
- Segmentação psicográfica: turismo aventura; turismo gastronômico e turismo rural.
- Segmentação Comportamental: turismo época.

Assim, segundo Mota (2001), para que se atenda ao público-alvo deve-se levar em conta todas as bases de segmentação para mercados consumidores, como geográfica, demográfica, psicográfica e comportamental, e os desdobramentos dessas variáveis.:

A variável geográfica envolve a região, o tamanho do município, o tamanho da cidade ou área metropolitana, a concentração e o clima; a variável demográfica segmenta o mercado pela idade, sexo, tamanho da família, ciclo de vida da família, renda, ocupação, educação, religião, raça e nacionalidade; a variável psicográfica considera a classe social, o estilo de vida e a personalidade dos indivíduos; e por último, a variável comportamental estuda a atitude do consumidor em relação ao produto, a taxa de uso, o estado de aptidão, o grau de lealdade, os benefícios e a ocasião (MOTA, 2001, p. 65).

No entanto, verifica-se que existem diversos fatores que dão à viagem características específicas e que determinam os diferentes tipos de turismo, associados às motivações ou aos objetivos de viagens.

5.1. TURISMO SUSTENTÁVEL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A atividade de Turismo Sustentável no ambiente rural deve estar em harmonia com os seguintes interesses: da comunidade local, do turismo e do meio ambiente. A harmonização desses elementos significa garantir a sustentabilidade da atividade através dos três elementos básicos: culturais/antrópicos, ecológicos e econômicos (ZIMMERMANN, 1998). Na década

de 1980, o governo federal tentou estabelecer metas para promover o crescimento do ecoturismo no Brasil. Porém, em alguns momentos o foco estava no desenvolvimento econômico gerado pelo turismo, em outro na preservação ambiental. Os Planos Nacionais do Turismo em preservação ambiental foram elaborados por comissões interdisciplinares e “procuram traduzir uma concepção de desenvolvimento, além do crescimento de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística” (BRASIL, 2003, p. 7).

Segundo o Plano Nacional do Turismo, o turismo sustentável deve promover a conservação, causar baixo impacto ambiental e desenvolver as populações locais, com o objetivo de dividir os benefícios socioeconômicos gerados. A criação de Unidades de Conservação é uma das estratégias mais conhecidas e utilizadas para garantir a proteção de espécies e dos ecossistemas.

Elas são divididas em subgrupos como Parque Nacional, Reserva Biológica, Reserva Extrativista e Monumento Natural, dentre outras. Trata-se de espaços territoriais com características naturais, legalmente instituídos pelo Poder Público, com o objetivo de conservar a biodiversidade e outros atributos naturais neles contidos, com o mínimo de impacto humano. O estabelecimento de parques e reservas no Brasil pode ser considerado um fenômeno ainda recente, pois a maioria foi criada nos últimos 30 anos (PINTO, 2012).

A despeito do exposto, espera-se que as oportunidades para expansão do sistema se esgotem nas próximas décadas, tornando imperativa a criação de um maior número possível de unidades de conservação em todos os biomas brasileiros. O país possui um sistema de UCs relativamente extenso, essa pequena fração territorial não está distribuída segundo critério de representatividade ao longo dos diferentes ecossistemas, fato que pode reduzir a efetividade dos sistemas de proteção (PINTO, 2012).

5.1.1. Turismo de Base Comunitária como possibilidade de desenvolvimento

Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2017).

Os princípios do turismo de base comunitária podem ser elencados como:

1. Conservação da sociobiodiversidade: a conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de TBC.
2. Valorização da história e da cultura: o TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
3. Protagonismo comunitário: o TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
4. Equidade social: a partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
5. Bem comum: a solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
6. Transparência: as informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.
7. Partilha cultural: o TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, sempre que essas oportunidades forem de interesse da comunidade.
8. Atividade complementar: o TBC deve buscar ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
9. Educação: o TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural e histórico-cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras.
10. Dinamismo cultural: os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitante.
11. Continuidade: o TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado (ICMBIO, 2017, p. 11-13).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser visto como atividade com potencial para diminuir a pressão sobre os recursos naturais e, também, como forma de diversificação das atividades econômicas, valorização do patrimônio cultural e empoderamento dos moradores locais.

Nesse sentido, o Turismo Comunitário pode ser entendido como “toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (MALDONADO, 2009 apud BRASIL, 2010, p. 6).

O Turismo de Base Comunitária tem a necessidade de demonstrar na comunidade as características, atividades, cultura, modo de vida, tradição local e organização social, como principais atrações, procura trazer experiências com intercâmbio de aprendizagem a partir das atividades cotidianas desenvolvidas. No intuito de consolidar uma atividade sustentável, com o protagonismo da comunidade, o turismo se alia à conservação do ambiente. Assim, adentramos no chamado ecoturismo, que pode ser de base comunitária, trazendo subsistência, controle e envolvimento na gestão e no desenvolvimento, proporcionando benefícios, pois:

o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL 1994, p.19).

O TBC tem como vantagem a preservação do meio ambiente. Também tende a uma demanda de viajantes que procuram experiências menos padronizadas, com mais imersão cultural e que se preocupam com responsabilidade social e ambiental.

Diferente do turismo tradicional, em que a experiência turística segue o modo de produção industrial, promovendo padronização e reduzindo o espaço para a espontaneidade, o Turismo de Base Comunitária respeita as heranças culturais e tradições locais e promove o diálogo e a interação entre visitantes e visitados. Nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas os veem como objetos de consumo, ou seja, os dois são os atores principais dessa aventura (JANELAS ABERTAS, 2019)

Muitas vezes os roteiros de Turismo de Base Comunitária podem ser mais caros que experiências massificadas no mesmo destino. Isso acontece porque é difícil oferecer valores baixos para uma experiência que é muito mais personalizada e não vendida em larga escala, possibilitando a diluição de custos.

Todavia, convém refletir se é melhor investir um pouco mais em uma experiência de qualidade, sabendo que terá um impacto positivo e viver uma experiência potencialmente transformadora, ou economizar um pouco, fazendo um passeio sem caráter sustentável e assim provocar efeitos nocivos no ambiente e na população local.

Certamente a desvantagem de pagar valores mais elevados acaba se perdendo quando a experiência única se torna o principal atrativo.

6. EXPERIÊNCIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MONUMENTO NATURAL LAGOA DO PERI

A Comunidade conta com diversos atrativos, naturais, culturais e tradições da colonização açoriana, trazendo uma riqueza inigualável para a ilha de Santa Catarina, como engenho de farinha, alambique, festa e festejos tradicionais, constituindo-se, como patrimônio cultural e natural para a cidade de Florianópolis.

Um Patrimônio Cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Já um Patrimônio Natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas (IPHAN, 2014).

6.1 PATRIMÔNIO E PAISAGEM NATURAIS - CACHOEIRAS/TRILHAS

A estrada Francisco Thomas dos Santos que corta a Comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha (Sertão do Ribeirão) e faz ligação com as comunidades vizinhas Costa de Dentro e Costeira do Ribeirão da Ilha, é um verdadeiro encanto repleto de belas paisagens, plantas e animais. A estrada no trecho Costeira do Ribeirão da Ilha teve seu primeiro traçado no ano de 1984, pois até então, era uma trilha de pedestres e tração animal. Após 1993, foi realizada a construção oficial, que se mantém até os dias atuais.

A estrada é de uso dos moradores e turistas que moram ou frequentam essa comunidade, e podem se deslumbrar com a exuberância da paisagem. A riqueza da flora nativa está presente em todo percurso. Há alguns anos, a comunidade era repleta de agroecossistemas para a produção de farinha e cachaça, onde a comunidade vivia da venda desses produtos, além do manejo dos animais. Atualmente percebe-se a beleza da regeneração da Mata Atlântica, trazendo para Florianópolis um recanto que deve ser protegido e aproveitado de forma sustentável e organizada.

No ano de 2021 a Comunidade tem buscado a pavimentação do trecho afim de melhorar as condições de acesso dos moradores as suas residências. A comunidade está em busca, também, de serviços básicos como o saneamento básico e a iluminação pública. Esses serviços vão resultar em melhor qualidade de vida e melhor possibilidade de atrair turistas.

Há na comunidade a belíssima Cachoeira da Carabina, com dois pontos para banho e acesso. Um desses pontos é de fácil acesso e seu percurso é cortado pela Estrada Geral, em

um certo trecho, que proporciona ótimo lugar para registros fotográficos,, parada para visitação e contemplação. Já o outro ponto de banho da cachoeira, fica a 45 minutos de caminhada por trilha, localizada no Peri, bem próxima à Lagoa. A cachoeira é batizada pelo nome Cachoeira da Gurita em função do nome da trilha de acesso até a queda da água.

Figura 5 - Paisagens Naturais da Comunidade.



Fonte: Autora, 2018.

Há diversas trilhas e caminhos antigos por toda a Comunidade, no entanto, seis trilhas são mais conhecidas na Unidade de Conservação Monumento Natural da Lagoa do Peri: a) Trilha da Sede Unidade de Conservação até a cachoeira da Gurita; b) Trilha Caminho do Sertão do Ribeirão; c) Estrada do Sertão do Ribeirão até a Costeira do Ribeirão da Ilha; d) Estrada da Armação até o Sertão do Ribeirão; e) Trilha do Saquinho; f) Trilha Guarani. Todas as trilhas são antigas e foram abertas pelos moradores para travessias e acesso às casas. Existem muitas outras que, com o passar dos anos, foram abandonadas pelos proprietários que não podiam mais plantar e fazer uso da terra para fabricação de farinha e cachaça. Atualmente algumas propriedades privadas estão fazendo uso dessas trilhas e caminhos antigos para a realização de atividades de turismo, com visitação e valorização dessa localidade.

Em todas as trilhas ainda é possível encontrar vestígios de casas antigas e ruínas de engenhos de farinha e de cachaça. Com a implantação da Unidade de Conservação, muitos moradores venderam suas terras e foram para outra região. Em 2016, a Associação de Moradores AMOSertão, Instituto Çarakura e SOS Mata Atlântica, mediante auxílio e consulta ao órgão gestor das unidades de conservação de Florianópolis (FLORAM), revitalizaram e sinalizaram a trilha Caminho do Sertão do Ribeirão para Peri (Figura 6), que liga a comunidade até a cachoeira da Gurita.

Figura 6 - Início da Trilha Caminho do Sertão do Ribeirão.



Fonte: Autora,2021.

Figura 7 - Trilha da Colina - Propriedade Sítio Hortêncio.



Fonte: Autora,2020.

6.2. PATRIMÔNIO CULTURAL

A Comunidade é rica em diversos aspectos, inclusive o cultural, pois sua diversificação é encantadora e vem desde os engenhos de farinha, engenhos de cachaça (Alambique), festas tradicionais, renda de bilro, a arte de fazer balaio e o saber da gastronomia, que tem sido muito apreciado com a ecogastronomia.

A comunidade, no ano de 1981, contava com 18 engenhos de farinha, açúcar e cachaça. A maior parte dos engenhos desativado e depredado, deixando morrer uma história e tradição. Atualmente, a comunidade conta com três engenhos de farinha e três engenhos de cachaça (Alambique). Nos últimos anos a comunidade tem feitos algumas parcerias e percebido a necessidade de resgatar a cultura e tradição, assim alguns engenhos estão sendo reconstruídos, fazendo renascer essa cultura de valor imensurável.

Os engenhos fazem parte da tradição e da riqueza gastronômica, e a comunidade, por anos, foi referência na venda de cachaça e farinha para as comunidades vizinhas. De forma organizada e com orientação, é possível adequar as propriedades dos engenhos, mediante manejo sustentável. Da mesma forma, as lavouras também podem ser feitas na Unidade de Conservação, por meio da produção orgânica.

Os engenhos incrementaram no passado uma das atividades econômicas mais desenvolvidas na Comunidade e hoje é parte do patrimônio cultural, voltando a gerar renda com as visitas, o processo de saber fazer além da arte e o seu contexto histórico.

6.3. RELIGIOSIDADE E FESTAS TRADICIONAIS

A Capela Nossa Senhora de Lurdes (Figura 8) foi construída em 1987, em terreno doado pelo moradore Senhor José Bernardino Vieira. A própria comunidade fez a construção da capela, e após anos de uso, ela foi abandonada. No ano de 2015, a Associação AMOSertão se reuniu para arrecadar dinheiro através de festas, bingos e rifas para angariar fundos para a reforma e reabertura da capela.

Figura 8 - Capela Nossa Senhora de Lourdes, local, cidade?.



Fonte: Autora,2019.

As festas tradicionais que sempre foram uma forma de trazer visitantes para a comunidade e movimentar a economia local, estavam sem acontecer havia cinco anos. Após a reforma da Capela (2015) houve o retorno da Festa da Cruz, em que é uma homenagem a

cruz que se encontra em frente à capela, o símbolo da comunidade. A cruz foi instalada em outubro de 1923, e de acordo com os moradores, a cruz foi feita para pagar uma promessa, referindo-se à expulsão de um espírito que assombrava uma família nativa da região. Assim, a festa é realizada todos os anos para agradecer a benção recebida. Outra festa tradicional é o festejo da padroeira Nossa Senhora de Lourdes, que ocorre entre os meses de fevereiro e maio.

A cantoria do Divino Espírito Santo é tradição nas áreas de colonização açoriana. O festejo inicia no mês de maio com a Bandeira do Divino, passando por todas as casas fazendo pedidos e pagando promessas. A comunidade ainda conta com a famosa cantoria do Terno de Reis, que ocorre na véspera de seis de janeiro, em homenagem aos Reis Magos. Os cantores passam pelas casas fazendo festa e recitando versos referentes ao evento e outros, os moradores os recebem com café, broa de polvilho, rosca e consertada, bebida típica do litoral catarinense feita com cachaça, café e especiarias.

6.4. ARTE DE FAZER BALAIIO/RENDA DE BILRO/BENZEDURA

A comunidade conta com a tradição do saber fazer balaio, herdada de pais para filhos. O senhor João Ramos dos Santos, falecido em 2014, é popularmente apelidado de João do Balaio e deixou para seu filho, Mauri João dos Santos, a arte e técnica de confeccionar cestos e balaios, além de outros utensílios. Atualmente ele é o único que pratica a produção de cestos e balaios na Comunidade. A Senhora Cecília Ana dos Santos, com 89 anos, é a pessoa mais velha da comunidade e viúva do senhor João do Balaio, e faz da benzedura uma forma de passar o tempo, receber pessoas e poder ajudar quem tem necessidade. Ela é conhecida como Dona Didi, herdeira de saber de versos e rezas e, segundo ela: “a gente benze, mas é Deus quem cura, a fé é a certeza que a cura será realizada”.

Um dos artesanatos mais belos da região é a renda de bilro. Na comunidade há diversas mulheres que desenvolvem a arte de rendar. A renda passou de uma prática de passar o tempo das mulheres a uma fonte de renda. Sua beleza e suas formas específicas a tornam magníficas, seja pelo ponto ou pela combinação de cores, assim cada peça é única. As mulheres da comunidade além de realizar a arte da renda fazem a cantoria da ratoeira, que são versos que são jogados ao vento como prosas e diversão para passar o tempo e animar na hora de rendar. Segue um dos versos da ratoeira mais cantado na comunidade:

Ratoeira bem cantada faz chorar, faz padecer. Também faz um triste amante do seu amor esquecer... Meu galho de malva, meu manjericão, dá três pancadinhas no meu coração. Senhora fulana entre dentro desta roda, diga um verso bem bonito, diga adeus e vá se embora. Escrevi na areia fina com peninha de pavão para o saber do mundo (DILMA MARTINS, 2021)³.

A comunidade necessita de um espaço para reunir essas mulheres, para exposição e venda de seus produtos, que são de tanto valor cultural como para geração de renda para elas, atraindo os turistas e as pessoas que costumam passar pela comunidade.

6.5 SÍTIO E CAFÉ HORTÊNCIO E ACOLHIDA NA COLÔNIA

O empreendimento Sítio e Café Hortêncio faz parte do roteiro de ecoturismo da Acolhida na Colônia e, desde 2017, trabalha nas atividades de turismo ligadas às atividades ambientais, culturais e ecogastronomia, que trazem na sua essência o contato com a natureza, respeitando-a e distanciando da vida agitada dos centros urbanos.

A Acolhida teve seu primeiro contato em 13 de maio de 2017, a partir de uma palestra de apresentação da Acolhida na Colônia na comunidade Sertão do Ribeirão em Florianópolis. O projeto consiste na ampliação e qualificação do Turismo de Base Comunitária em comunidades periurbanas na cidade de Florianópolis, mediante o envolvimento de novas famílias, desenvolvimento de roteiros seguros que ofertem lazer em meio à natureza, gerem trabalho e renda nas comunidades através do turismo e da venda direta de produtos agrícolas e sirvam de ferramenta para a conscientização ecológica dos usuários.

Destaca-se que as zonas rurais remanescentes de Florianópolis estão localizadas em Unidades de Conservação, Áreas de Preservação e Reservas Naturais, fortemente ameaçadas pela expansão urbana e pressão do setor imobiliário, resultando na venda das terras e no abandono da atividade agrícola. O projeto visa contribuir para a preservação dessas áreas e permanência de suas populações, através da implantação de roteiros turísticos que envolvam as comunidades, ofertem conteúdo pedagógico (cultural e de educação ambiental) e gerem renda através de pequenas pousadas e restaurantes e atividades de lazer, como cicloturismo, trilhas ecológicas, pescaria; atividades educativas; áreas de cultivo agroecológico; pontos de venda de produtos; entre outros. O projeto também visa contribuir para ecologização do município e comunidade, pois pressupõe a produção de alimentos agroecológicos, a

³ Rendeira da Comunidade.

valorização dos recursos naturais, constituindo-se em importante ferramenta de educação ambiental.

A sensibilização de agricultores por meio de palestras no município; diagnóstico participativo; realização de capacitações (Figura 9); certificação das propriedades; elaboração de sinalização das propriedades; elaboração de material promocional; elaboração de roteiros; lançamento dos roteiros foram realizadas durante o ano de 2017.

Figura 9 - Grupo Comunidade do Sertão na viagem de estudo - Acolhida São Bonifácio.



Fonte: Lucilene Assing,2017.

Após o processo de diagnóstico na comunidade, há três propriedades aptas para trabalhar com o turismo vinculado à Acolhida na Colônia, e apenas o Sítio Flor Bela e o Sítio e Café Hortêncio têm trabalhado com atendimento do turismo na região nos últimos quatro anos.

A equipe de gestão (Figura 10), do Sítio e Café Hortêncio compreende a co-fundadora Karlota Scotti de Souza, bacharel em turismo, o fundador Devalde Francelino de Souza, dono da propriedade e organizadora e diretora do empreendimento, Almerinda Scotti de Souza, dona da propriedade.

Figura 10 - Família Sítio e Café Hortêncio.



Fonte: Autora,2018.

A propriedade (Figura11) está na família há cerca de 200 anos, leva o nome em homenagem ao bisavô Hortêncio. A propriedade foi comprada da herdeira no ano 1984 e iniciou o plantio de hortaliças, pomar e forragem para os animais. Já no ano de 1986, foi construída a casa que passou por algumas reformas, e, atualmente, conta com o espaço do café.

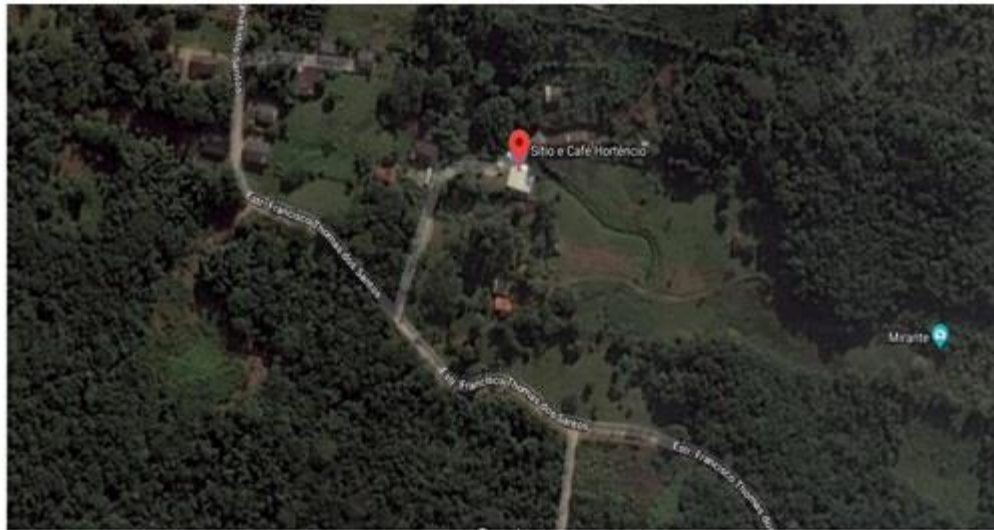
Figura 11 - Residência e espaço do Café do Sítio Hortêncio.



Fonte: Autora, 2018.

A localização (Figura 12) do empreendimento é na comunidade Barreiros do Ribeirão da Ilha, na região sul da ilha de Santa Catarina, aproximadamente a 25 km do centro da cidade de Florianópolis. Encontra-se dentro dos limites da Unidade de Conservação Monumento Natural Lagoa do Peri, numa região definida por seu zoneamento como Área de Paisagem Cultural.

Figura 12 - Imagem aérea Sítio e Café Hortêncio.



Fonte: Google Maps,2020.

A propriedade é composta por dois terrenos em uma área de sete hectares, onde se localiza o espaço do Café, casa da família, rancho dos animais, açude de pesca, pastagem, pomar e área de mata nativa (Figura 12). Esse plano visa demonstrar os aspectos mais importantes para o empreendimento, organização e comercialização do Sítio e Café Hortêncio na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Figura 13 - Gastronomia Sítio e Café Hortêncio.



Fonte: Autora, 2019.

A propriedade desenvolve turismo de forma sustentável, com visita na área dos animais, produção de queijo de vaca e de cabra, produção de hortaliças e frutas, além de hospedagem. Realiza eventos para grupos como almoço e café caipira. Atualmente, em função do COVID-19, a propriedade está aberta todos os finais de semana, das 13 às 17 horas com a venda de pastel feito na propriedade, bolos, café, suco natural, além daqueles resultantes de parceria com produtores artesanais de cerveja e kombucha.

6.5.1 Roteiro turismo sustentável de experiência - Triskel Bike

SerTão Local (Figura 14) é um roteiro de Turismo Sustentável e de Experiência, inicialmente co-criado com a Triskel Bike Experiências, o Sítio Café Hortêncio, o Sítio Florbela e o Alambique Indaiá.

A iniciativa tem como objetivo promover o turismo como alternativa de renda para os moradores, contribuir para a manutenção da cultura local e do ecossistema na região que é abrangida pelo UC Monumento Natural da Lagoa do Peri, protegido por lei para preservação de mananciais de abastecimento e remanescentes florestais da Mata Atlântica. Algumas iniciativas ligadas à gastronomia, trilhas na natureza, produção rural ou de produtos agroindustriais, vinham ocorrendo, todas com potenciais direcionados ao turismo. Com a

aproximação de novos atores, especialistas na área do ecoturismo, de forma responsável, foi possível organizar este roteiro de vivências, oficinas, trekking, cicloturismo e imersão na comunidade, e ao mesmo tempo, possibilitando contribuir, além do turismo, para a sustentabilidade social e ambiental da localidade.

Figura 14 - Divulgação do tour criativo Sertão Local - Marli Luisa J. y Sales.



Fonte: Triskel Bike e Experiência, 2020.

O Sertão Local busca unir outros parceiros ao projeto, da comunidade ou não, mas sempre seguindo propósito definido em conjunto com moradores e os empreendedores locais. Atualmente, as Rendeiras, pessoas antigas da comunidade que guardam muita sabedoria, também participam do roteiro. O próximo passo será criar calendário festivo, resgatando algumas práticas culturais e celebrações de união e fé da comunidade, oportunizando novas vivências para o turismo.

Esta aproximação ocorreu no ano de 2017 quando participei de uma festa da comunidade no centro comunitário. Para mim foi um momento muito importante e de grande alegria, porque sendo criada em uma pequena comunidade caiçara do litoral de São Paulo sentia falta de vivências de afeto e cultura. Foi quando conheci Karlota e a família, todos dedicados na organização da festa da Associação, com comida boa, dança, música e muita alegria. Conheci então o Sítio Café Hortêncio, e o desejo da família de promover um espaço de receber bem o turismo, com boa gastronomia e vivência no sítio. Foi onde eu pude conhecer histórias de lutas daquela comunidade por sua manutenção e resistência. Karlota, menina, mulher, guerreira, estava à frente de muitas iniciativas e pejejas. Como eu estava iniciando o projeto da Triskelbike, sendo consultora na área socioambiental e de ecoturismo, senti que nossa união seria próspera e produtiva. Conteí a ela sobre meu projeto de Cicloturismo e ecoturismo que propunha vivências em localidades sensíveis, de natureza e de grande riqueza humana, que a autora e a co-criadora da TRiskelbike

passaram a conversar, e trocar ideias, planejar e criar um elo de confiança que só foi aumentado nesses quase quatro anos. De lá para cá ela me aproximou da associação, alguns moradores, empreendedores, e assim começamos a vislumbrar a possibilidade de criar novas iniciativas e compartilhar nossas experiências para o desenvolvimento da localidade. Assim surge o então roteiro Sertão Local (Depoimento de Marli Luisa Juarez y Sales).⁴

O roteiro Sertão Local é uma iniciativa de Marli Luisa Juarez y Sales em conjunto com moradores que já desenvolviam o turismo na Comunidade de forma sustentável e responsável, trazendo para esse grupo de empreendedores locais uma articulação comunitária, delimitando temas e plano de ação para desenvolver em grupo um roteiro de experiência, oficina de renda de Bilro, fabricação queijos coloniais, pães e doces, saber fazer da cachaça e as experiências de impressão na natureza encantadora. Aos poucos foram sendo identificados atores, espaços e iniciativas culturais vivas na comunidade. Marli se tornou amiga, conselheira e suporte e apoio para a Associação de Moradores AMOSertão.

6.6. CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO

A criação de um Centro Cultural Comunitário é uma proposta que se justifica nesse momento da comunidade, O espaço comunitário com atividades de incentivo e compartilhamento de experiência, conhecimento, cultura e lazer, de maneira coletiva, é uma forma de humanizar as relações entre a população da comunidade.

Figura 15 - Placa da Escola.



Fonte: Autora, 2020.

⁴ Empresária da Triskel Bike em depoimento proferido no dia 18 de março de 2021.

Figura 16 - Evento e inauguração da quadra de esporte.



Fonte: Acervo pessoal da professora Almerinda, 2001.

O público alvo para uso do centro comunitário compreende as famílias, moradores da comunidade e visitantes da localidade. O centro comunitário tem como objetivo integração e de assistência social, cultural, educacional e de lazer, visando à interação da população da comunidade com o território, podendo contribuir também para o desenvolvimento da comunidade, com enfoque de preservação ambiental e sustentabilidade.

Será possível mediante a transformação do prédio da antiga Escola Desdobrada Sertão do Ribeirão (Figura 15 a 17), hoje abandonada, para a sede Associação de Moradores do AMOSertão, sede do Centro Cultural Comunitário, atendendo a comunidade, no intuito de preservar a cultura local e garantir a função social da área, tornando-a mais adequada para os moradores, incentivando a visita no local, inserindo-a assim na cidade, na perspectiva da preservação do patrimônio histórico e ambiental e pelo direito à Unidade de Conservação com uma sede para atendimento aos turistas. Assim, o Centro Cultural Comunitário busca:

- Contribuir para o ordenamento e desenvolvimento da comunidade;
- Elaborar projetos e atividades para a comunidade, assistência social a comunidade;
- Promover a integração entre a comunidade desenvolvendo atividades culturais, social e lazer;

- Apoiar a promoção e a comercialização do produto da comunidade e as atividades de turismo local;
- Apoiar as atividades de turismo, trazendo cursos e ações para a sustentabilidade, desenvolvimento do turismo responsável.

Figura 17 - Atual situação das salas de aula da Escola.



Fonte: Autora, 2019.

Atualmente a comunidade necessita de espaço de uso coletivo e uma sede para a Associação de Moradores, que ao longo dos últimos cinco anos, vem solicitando apoio aos órgãos públicos. A Comunidade vem crescendo e necessita de um Centro Cultural e Comunitário para os moradores, e o prédio vem se deteriorando e está sendo usado de forma inadequada, como estábulo de animais, garagem e outros usos.

Esse espaço poderia ser usado para a realização de atividades de educação ambiental, centro de apoio às mulheres da costura e fabricação de doces, atendimento aos turistas, espaço de lazer, cultura e esporte.

A Escola Desdobrada do Sertão do Ribeirão foi construída na forma de estuque (técnica antiga de construção, onde se usava barro e cipó), no entanto na época já foi utilizada tela nas paredes para a compactação do barro. Esse espaço serviu por muitos anos para realizar as missas na comunidade antes da construção da nova capela. Era também realizado na escola o dia da consulta, todo mês, quando vinha um médico do Pântano do Sul, um bairro próximo, para consultar as crianças e os idosos da comunidade. Desde sua instalação a escola

passou por reformas e se tornou um espaço ótimo para estudo e realização de eventos estudantis.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2019 o turismo sustentável enquanto atividade socioeconômica vem crescendo, sua capacidade de geração de emprego e renda vem trazendo expressivo aumento no Produto Interno Bruto (PIB). Além da economia, sua maior contribuição é a preservação do patrimônio natural e cultural, uma vez que são matérias-primas básicas para a existência desse fenômeno.

É necessário enfatizar que a comunidade tradicional presente na UC tem seus direitos e deveres. Com um plano de manejo adequado e de forma a valorizar essa população, fazendo do turismo uma forma de renda e valorização dos patrimônios naturais e culturais, ainda percebemos como maior desafio, a transformação do pensamento dos atores da comunidade.

Também, podemos apontar a necessidade de uma troca justa e coerente com as regras da Unidade de Conservação, além do órgão gestor da UC, fomentando a conscientização e a adequação das atividades já existentes, incentivando a conservação com uso sustentável de toda a área, realizando parcerias de educação ambiental, social e cultural.

Para Frey (2004) é entendida a necessidade de que os atores da comunidade envolvidos no desenvolvimento social e econômico do local estejam abertos para realizar novas conexões e articulações integrando com diversas redes sociais, tendo assim uma participação de forma organizada. “Para criar cidades e campos sustentáveis e áreas preservadas combinadas é necessário promover e estimular a comunidade a participar do processo de planejamento e gestão territorial e ambiental”, afirma a UNESCO (2003, p. 19).

Assim, são necessárias políticas públicas para fomentar esse tipo de atividade nas UCs. São nítidos as diversas fragilidades e os limites que a comunidade enfrenta em tempos difíceis de pandemia, causada pela COVID-19. A ausência de plano de manejo, a falta de técnicos e fiscais para orientar e gerenciar essa Unidade de Conservação tem suas implicações. Contudo, com um trabalho em parceria com a comunidade, empreendimentos, associação e órgão gestor, é possível criar uma forma organizada de atividades em toda a UC.

7. CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou compreender o Turismo de Base Comunitária e seu envolvimento político, social e econômico na comunidade. Essa atividade surgiu na busca por minimizar os impactos causados pela intervenção do turismo no processo de desenvolvimento da comunidade, que no mundo atual, com a vigência de políticas neoliberais, que priorizam apenas atividades lucrativas de cunho privado, sem foco no futuro comum, esses espaços potenciais de vida, trabalho e renda, deixam de ser objetos de políticas públicas, em busca de melhor qualidade de vida. Assim, a própria comunidade passou a se organizar e buscar parcerias para se manter e garantir a preservação do local.

O estudo também intencionou entender a segmentação turística e as diversas atividades que podem ser adequadas como áreas turísticas, apontando que a participação da população local traz experiências notáveis para construção da atividade turística de base comunitária. É preciso entender que há maneiras de preservar o meio ambiente e promover a geração de renda.

À medida que se observa dificuldade crescente na manutenção da qualidade de vida nas cidades e regiões, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável.

Para Pimentel, Magro e Silva Filho (2011) “a criação de áreas protegidas pode ser considerada como importante estratégia de gestão do território, regulando as dinâmicas de uso e ocupação”. No entanto, há carência de pesquisas em apoio e orientação de atividades que possam se desenvolver de forma efetiva para essas áreas protegidas, para uso mais consciente e com menor impacto ambiental e cultural possível.

A sustentabilidade na Unidade de Conservação Lagoa do Peri está diretamente ligada a ações que visem uma estrutura para que os visitantes se sintam acolhidos e seguros para visitarem o local e o indicarem a outros visitantes.

Essa sustentabilidade só será efetivada quando houver consciência da necessidade de fiscalização efetiva, aprimoramento do monitoramento das áreas degradadas e ampla divulgação da importância desse ecossistema e atividades que envolvam a comunidade e a integrem ao ambiente em que vivem, com participação ativa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. **Fundamentos da metodologia de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1993.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- BATISTA, K. R. **Sertão do Peri**: um olhar etnográfico, 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_ato2004-2006/lei/111428.htm. Acesso em: 4 set. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 30.443 de 25 de janeiro de 1952**. Declara remanescentes. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30443-25-janeiro-1952-343991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério do Comércio, da Indústria e do Turismo e Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia legal. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.
- CABRAL, L. O. **Bacia da Lagoa do Peri**: sobre as dimensões da paisagem e seu valor. 1999. 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1999.
- CARDOSO, S. F. et al. Análise do uso e ocupação da terra na bacia da Lagoa do Peri, Florianópolis (SC). **Caminhos de Geografia Uberlândia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 201–213, 2008.

CECCA. **Unidades de conservação e áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina:** caracterização e legislação. Florianópolis, SC: Insular, 1997.

CECCA. **Uma cidade numa ilha:** relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Insular, 1996.

DEPUC. **Parque Municipal da Lagoa do Peri.** Departamento de Unidades de Conservação da Floram, 2011. Disponível em: <http://depuc.wordpress.com/2011/06/14/56/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto municipal nº 91 de 01 de junho de 1982.** Regulamenta a lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981 que criou o Parque Municipal da Lagoa do Peri e instituiu seu plano diretor de ocupação e uso do solo. Florianópolis: Câmara dos Vereadores, 1982. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/decreto/1982/9/91/decreto-n-91-1982-regulamenta-a-lei-n-1828-de-03-de-dezembro-de-1981-que-criou-o-parque-municipal-da-lagoa-do-peri-e-instituiu-seu-plano-diretor-de-ocupacao-e-uso-do-solo>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 1.408 de 04 de junho de 1976.** Tomba como patrimônio natural a bacia da Lagoa do Peri. Florianópolis: Câmara dos Vereadores, 1976. Disponível em: https://www.google.com/search?q=decreto+n%C2%BA+1.408+de+04+de+junho+de+1976&client=firefox-b-d&ei=xkqdyisikidh5oup8diywao&oq=decreto+n%C2%BA+1.408+de+04+de+junho+de+1976&gs_lcp=cgdnd3mtd2l6eaxqafgaykgeawgbcab4aiab_agiafwbkgedmi0xmaeaqgehz3dzlxdpesabaq&sclient=gws-wiz&ved=0ahukewienffdtzxwawhai7kghxgskgq4dudca0. Acesso em: 20 ago. 2019.

FREY, K. Governança urbana e participação pública. *In:* Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 18. 2004. **Anais.** Rio de Janeiro, 2004. p. 1-16.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos. Rio de Janeiro: IBGE - Diretoria de Geociências, 2012.

ICMBIO. Turismo de Base Comunitária em Unidade de Conservação: princípios e diretrizes. 2017. Disponível em:
https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

IPHAN. Paisagem Cultural. 2014. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em: 26 set. 2020.

JANELAS ABERTAS. **Turismo de base comunitária**: o que é e por que você deveria viajar assim. 2019. Disponível em: <https://janelasabertas.com/2019/04/24/turismo-de-base-comunitaria/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

KOCHES, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-americana de Estratégia**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3312/331259758002/html/index.html>. Acesso em: 19 jul. 2020.

MENEZES, C. M. **Influência da evolução quaternária na vegetação de restinga no Litoral Norte da Bahia**. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Programa de Pós-graduação em geografia, UFBA, Salvador, 2007.

- MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MOTA, K. C. N. **Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- PENTEADO, A. N. **Subsídios para o plano de manejo do parque municipal da lagoa do Peri** – Ilha de Santa Catarina Florianópolis – SC. 2002. 113 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFSC Florianópolis, 2002.
- PEREIRA, A. M. **Diagnóstico físico e socioambiental do Parque Municipal da Lagoa do Peri** - Subsídios ao Plano de Manejo.. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2001.
- PETROCCHI, M. **O turismo é a atividade que mais distribui renda e cria empregos**. Comércio Exterior: Informe BB, n. 21, p. 16-20, 1999.
- PIMENTEL, D. S.; MAGRO, T. C.; SILVA FILHO, D. F. Imagens da Conservação: em busca do apoio público para a gestão de Unidades de Conservação. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, 2011. Pg inicial e final?
- PINTO, R. (2012). O Turismo e Suas Fronteiras Culturais. *Turis Nostrum*, 1(1). Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tn/article/view/13620>
- QUEIROZ, E. D; VALLEJO, L. R. Uso público em Unidades de Conservação entre o ideal e o real. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, RJ, v. 5, n. 9, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.uff.br/uso_publico. Acesso 20 fev. 2021. Pág inicial e final?
- RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1985.

- SALGADO, G. **Integração do sensoriamento remoto e sistema de informações geográficas para análise temporal do uso da terra:** Parque Municipal da Lagoa do Peri, Florianópolis – SC. 2002. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis, 2002.
- SANTOS. M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TERBORGH, J.; SCHAIK, C. Por que o mundo precisa de parques? *In:* TERBORGH, J.; SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Orgs.). Tornando os Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1. ed. **Rev. Curitiba:** Editora da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas, 1987.
- VALLEJO, L. R. **Políticas públicas e conservação ambiental:** territorialidades em conflitos nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Ciências Humanas, UFF, Niterói, 2005.
- VAZ, G. N. **Marketing turístico:** receptivo e emissivo. São Paulo: Pioneira, 1999.
- UNESCO. **Subsídios ao zoneamento da APA Gama-Cabeça de Veado e Reserva da Biosfera do Cerrado:** caracterização e conflitos socioambientais. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, MAB, Reserva da Biosfera do Cerrado, 2003.
- YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZIMMERMANN, R. D. C. **Empreendedorismo.** Apostila. Faculdade Decisão, 1998.